

ALL Malha Oeste S.A.

Demonstrações Financeiras encaminhadas à ANTT, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
ALL América Latina Logística Malha Oeste S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ALL América Latina Logística Malha Oeste S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ALL América Latina Logística Malha Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Avaliação do valor recuperável de ativos classificados no imobilizado (Nota explicativa 10)

A Companhia possui investimentos significativos em ativos classificados no imobilizado necessários para condução de suas operações. Em decorrência dos prejuízos apurados nos últimos anos, passivo a descoberto, retração econômica, o aumento da taxa básica de juros, aliado à geração de resultados abaixo do projetado, existe um risco de não recuperação do valor total desses ativos. Com a identificação desses indicadores, a Companhia considerou o valor justo líquido da despesa de venda para o cálculo do valor recuperável desses ativos, e utilizou relatório de avaliação patrimonial dos ativos que inclui os critérios de avaliação, metodologia específica e procedimentos de avaliação para calcular o valor de mercado dos ativos.

Devido às incertezas inerentes relacionadas com os critérios de avaliação, metodologia específica, procedimentos de avaliação para calcular o valor de mercado dos ativos, e à complexidade do processo, o qual requer um grau significativo de julgamento na determinação da estimativa contábil que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos as premissas utilizadas pela Companhia para determinar a existência de indicadores de que os ativos da Companhia possam ter sofrido desvalorização, bem como avaliamos os controles internos chave relativos a identificação e mensuração do seu valor recuperável. Com o auxílio de nossos especialistas em avaliações patrimoniais, avaliamos o relatório de avaliação patrimonial do ativo imobilizado que suporta o valor justo líquido de despesas de venda do ativo imobilizado da Companhia. Adicionalmente, comparamos o valor recuperável apurado com base no valor justo líquido de despesas de venda, com o valor contábil dos ativos e avaliamos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Avaliação sobre a utilização do pressuposto de continuidade operacional (Nota explicativa nº 1)

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se o pressuposto da continuidade operacional. A nota explicativa nº 1 detalha como a Companhia concluiu que há uma expectativa razoável quanto a sua continuidade operacional para suportar a preparação das demonstrações financeiras com o uso deste pressuposto. A Companhia possui capital circulante negativo, passivo a descoberto, geração de caixa de atividades operacionais negativa e apurou prejuízos nos últimos anos. Por outro lado, a Companhia efetuou investimentos em modernização de sua frota e melhoria da malha ferroviária em linha com o seu plano de negócios. A gestão de caixa da Companhia é feita de forma centralizada e numa visão consolidada na controladora Rumo S.A., sendo que eventuais necessidades de caixa são supridas pelo controlador quando necessário. A avaliação sobre a utilização do pressuposto de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia envolve exercer julgamento sobre resultados futuros inerentemente incertos, e portanto, existe um risco que o julgamento não tenha sido apropriado e que exista eventual incerteza material, cenário que exigiria divulgações adicionais nas demonstrações financeiras. Por essas razões esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos e discutimos com a Companhia sobre a existência de eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia pelo menos nos próximos doze



meses. Obtivemos e analisamos a avaliação da Companhia sobre a adequada aplicação do pressuposto de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, incluindo a previsão de fluxo de caixa para, ao menos, os próximos doze meses a partir da data das demonstrações financeiras, cuja gestão de caixa da Companhia é feita de forma centralizada e numa visão consolidada na controladora Rumo S.A.. Avaliamos o cumprimento das cláusulas restritivas (*covenants*) dos contratos de empréstimos, que poderiam resultar em impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas utilizadas para as projeções de lucros operacionais e fluxos de caixa futuros preparadas pela Companhia e considerando resultados realizados, dados externos e condições do mercado. Confirmamos a existência de um compromisso do controlador em suprir eventuais necessidades de caixa da Companhia, quando necessário. Consideramos se o julgamento da Companhia sobre a inexistência de incerteza significativa sobre a capacidade de continuidade operacional é razoável com base nas premissas avaliadas acima. Finalmente, avaliamos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras quanto ao uso do pressuposto da continuidade operacional em sua preparação.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos no Pronunciamento Técnico acima referido e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de

continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6 F-PR



João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

ALL MALHA OESTE – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA OESTE S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a ALL Malha Oeste – América Latina Logística Malha Oeste S.A. (“Companhia”) controlada da Rumo S.A. (“Rumo” ou “Controladora”) submete à apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas e apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

O principal tomador de decisões operacionais passou a analisar a nova Companhia por segmentos operacionais que diferem da informação individual dessas Demonstrações Financeiras. Desta forma, está disponível no site da Companhia e na CVM o relatório da Administração da controladora Rumo o qual contempla todos os segmentos.

Resultado (Valores em R\$ MM)	4T16	4T15	Var. %	12M16	12M15	Var. %
Receita Líquida	16,9	19,2	-12,0%	69,4	86,7	-19,9%
Custo dos Serviços Prestados	(29,0)	(31,6)	-8,1%	(120,5)	(121,4)	-0,7%
Lucro Bruto	(12,1)	(12,3)	-2,2%	(51,1)	(34,7)	47,4%
Margem Bruta (%)	-71%	-64%	11,1%	-74%	-40%	84,2%
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	(0,3)	(2,4)	-88,0%	(3,8)	(4,7)	-18,6%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(3,5)	14,0	-124,7%	(4,2)	(15,1)	-72,1%
Depreciação e Amortização	9,3	7,0	32,9%	29,0	20,8	39,2%
EBITDA	(6,5)	6,2	-203,9%	(30,1)	(33,6)	-10,3%
Margem EBITDA (%)	-38,4%	32,5%	-218,0%	-43,4%	-38,7%	12,1%
Resultado Financeiro Líquido	(29,6)	(25,9)	14,2%	(123,1)	(87,3)	41,0%
Imposto de renda e contribuição social	(1,6)	-	n.a	(1,6)	-	n.a
Lucro Líquido	(46,9)	(26,7)	76,1%	(183,8)	(141,7)	29,7%

No trimestre findo em 31 de dezembro de 2016, a receita operacional líquida atingiu R\$16,9milhões, redução de 12,0% em relação ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2015, em decorrência da quebra na segunda safra de milho, e conseqüente redução na demanda por transporte. O EBITDA foi de R\$ 6,5 milhões negativo, redução de 203,9% em relação ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2015, em decorrência da queda na demanda. A Companhia apresentou prejuízo de R\$46,9 milhões no trimestre findo em 31 de dezembro de 2016, comparado a um prejuízo de R\$ 26,7 milhões no trimestre findo em 31 de dezembro de 2015.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a receita operacional líquida atingiu R\$69,4milhões, redução de 19,9% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, impactado pela redução na demanda por transporte de grãos. O EBITDA foi de R\$30,1 milhões negativo, redução de 10,3% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. A Companhia apresentou prejuízo de R\$183,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, comparado a um prejuízo de R\$ 141,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA OESTE S.A.**BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	59	11
Títulos e valores mobiliários	4	4.100	1.094
Contas a receber de clientes	5	9.904	24.029
Estoques		1.198	9.758
Outros tributos a recuperar	6	3.460	5.444
Adiantamento a fornecedores	8	200.953	25.894
Debêntures privadas	9	175.435	151.528
Outros ativos		2.181	6.927
		397.290	224.685
Não circulante			
Caixa restrito	4	1.642	34.685
Recebíveis de partes relacionadas		-	203.671
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		23.867	26.589
Outros tributos a recuperar	6	29.741	34.392
Depósitos judiciais	14	27.061	28.276
Outros ativos		3.728	2.719
Imobilizado	10	133.964	147.760
		220.003	478.092
Total do ativo		617.293	702.777

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA OESTE S.A.**BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	19.594	19.318
Fornecedores	13	7.215	32.029
Ordenados e salários a pagar		2.271	3.433
Outros tributos a pagar		412	1.883
Adiantamentos de clientes		1.353	10.946
Outras contas a pagar		18.434	21.002
		<u>49.279</u>	<u>88.611</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	65.700	83.905
Provisão para demandas judiciais	14	32.034	35.972
Arrendamentos e concessões	15	1.135.398	957.697
Pagáveis a partes relacionadas		-	16.024
Outras contas a pagar		3.176	5.008
		<u>1.236.308</u>	<u>1.098.606</u>
Total do passivo		<u>1.285.587</u>	<u>1.187.217</u>
Patrimônio líquido	16		
Capital social		551.915	551.915
Reserva de capital		17.566	17.566
Prejuízos acumulados		(1.237.697)	(1.053.921)
Ajuste de avaliação patrimonial		(78)	-
Total do patrimônio líquido		<u>(668.294)</u>	<u>(484.440)</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>617.293</u>	<u>702.777</u>

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA OESTE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receita operacional líquida	18	69.423	86.724
Custo dos serviços prestados	19	(120.537)	(121.396)
Lucro bruto		(51.114)	(34.672)
Despesas comerciais, gerais e administrativas	19	(3.802)	(4.669)
Outras despesas operacionais, líquidas	21	(4.199)	(15.066)
Despesas operacionais		(8.001)	(19.735)
Prejuízo antes do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social		(59.115)	(54.407)
Despesas financeiras		(162.492)	(138.239)
Receitas financeiras		41.054	50.952
Variação cambial, líquida		(1.659)	2
Resultado financeiro líquido	20	(123.097)	(87.285)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(182.212)	(141.692)
Imposto de renda e contribuição social	12		
Corrente		(1.564)	-
Prejuízo do exercício		(183.776)	(141.692)
Prejuízo básico e diluído por ação	17		
Por ação ordinária		(0,3841)	(0,2961)
Por ação preferencial		(0,3841)	(0,2961)

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA SUL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de reais)

	Capital social	AFAC	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial
Saldo em 1º de janeiro de 2015	1.615.127	528.000	17.566	228
Prejuízo do exercício	-	-	-	-
Aumento de capital	110.000	(110.000)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	359.054	-	-
Absorção de prejuízo por meio de reservas	-	-	(17.566)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.725.127	777.054	-	228
Prejuízo do exercício	-	-	-	-
Baixa de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(228)
Perdas atuariais com planos de pensão	-	-	-	(879)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	(1.107)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	193.452	-	-
Aumento de capital por meio de integralização de AFAC	777.054	(777.054)	-	-
Total das transações com acionistas	777.054	(583.602)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.502.181	193.452	-	(879)

Prejuizos acumulados	Total
(1.756.336)	404.585
(555.923)	(555.923)
-	-
-	359.054
17.566	-
(2.294.693)	207.716
(656.141)	(656.141)
-	(228)
-	(879)
(656.141)	(657.248)
-	193.452
-	-
-	193.452
(2.950.834)	(256.080)

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA OESTE S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado operacional antes do IR e CS	(182.212)	(141.692)
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	28.981	20.826
<i>Provisão para participações nos resultados e bônus</i>	694	-
Provisão de demandas judiciais	4.511	14.839
Reversão com créditos de liquidação duvidosa	333	126
Arrendamentos e concessões	39.748	34.959
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	112.965	85.871
Outros	3.662	27.970
	<u>8.682</u>	<u>42.899</u>
Redução (aumento) nas contas do ativo e passivo		
Contas a receber de clientes	16.751	(9.893)
Adiantamentos de clientes	(9.593)	(2.779)
Impostos e contribuições sociais a recuperar	12.944	4.184
Impostos e contribuições sociais a recolher	(5.176)	1.388
Estoques	8.565	(5.599)
Ordenados e salários a pagar	(1.856)	(3.326)
Fornecedores	(26.452)	16.091
Adiantamentos a fornecedores	(175.059)	-
Arrendamentos e concessões a pagar	1.404	65
Demandas judiciais	(9.700)	(4.519)
Outros ativos e passivos, líquidos	(5.256)	(33.216)
	<u>(193.428)</u>	<u>(37.604)</u>
Caixa gerado nas atividades operacionais	<u>(184.746)</u>	<u>5.295</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	(3.006)	66.371
Caixa restrito	33.046	36.515
Partes relacionadas mútuo	215.364	(173.491)
Adições ao imobilizado e intangíveis	(16.985)	(21.645)
Caixa utilizado nas atividades de investimentos	<u>228.419</u>	<u>(92.250)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captações	-	24.773
Amortização de principal	(19.234)	(20.366)
Amortização de juros	(6.928)	(6.955)
Partes relacionadas - Mútuo	(17.463)	-
Caixa utilizado nas atividades de financiamento	<u>(43.625)</u>	<u>(2.548)</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	11	89.514

Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	<u>59</u>	<u>11</u>
Aumento (Redução) em caixa e equivalentes de caixa	<u>48</u>	<u>(89.503)</u>

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA OESTE S.A.**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receitas		
Vendas de produtos e serviços	80.088	100.374
Outras receitas operacionais, líquidas	388	4
Reversão para créditos de liquidação duvidosa	(333)	(126)
	<u>80.143</u>	<u>100.252</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	(28.977)	(33.642)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.064)	(8.199)
Perda / recuperação de valores ativos	5	(290)
Outros	(4.836)	(15.423)
	<u>(37.872)</u>	<u>(57.554)</u>
Valor adicionado bruto	<u>42.271</u>	<u>42.698</u>
Depreciação, amortização e <i>impairment</i>	(28.981)	(20.826)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>13.290</u>	<u>21.872</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	41.054	50.952
	<u>41.054</u>	<u>50.952</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>54.344</u>	<u>72.824</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	14.120	19.169
Benefícios	3.919	4.409
FGTS	700	808
	<u>18.739</u>	<u>24.386</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	6.301	3.896
Estaduais	6.059	7.154
Municipais	937	1.163
	<u>13.297</u>	<u>12.213</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	164.151	138.237
Aluguéis e arrendamento do contrato de concessão	41.933	39.680
	<u>206.084</u>	<u>177.917</u>

Remuneração de capitais próprios

Resultado do período

(183.776)

(141.692)

Valor adicionado total distribuído54.34472.824

ALL - América Latina Logística Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

1 Contexto Operacional

A ALL – América Latina Logística Malha Oeste S.A. (“Companhia” ou “ALL Malha Oeste”) é uma sociedade por ações brasileira, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) concedido em 20 de outubro de 1998, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em São Paulo – SP, que opera no segmento de transporte ferroviário nos estados do Mato Grosso do Sul e São Paulo. A Companhia é uma controlada direta da Rumo S.A. (“Controladora” ou “Rumo”).

A concessão e o contrato de arrendamento de ativos ferroviários da Companhia se encerra em junho de 2026.

Quando da elaboração das demonstrações financeiras, a Administração fez uma avaliação sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia no futuro previsível. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou um prejuízo no exercício de R\$ 183.776, passivo a descoberto de R\$ 668.294 e geração de caixa de atividades operacionais negativa no valor de R\$ 184.746. Por outro lado, a Companhia efetuou investimentos em modernização de sua frota e melhoria da malha ferroviária no valor de R\$ 16.985 em linha com seu plano de negócio.

A gestão de caixa da Companhia é feita de forma centralizada e numa visão consolidada na Controladora, sendo que eventuais necessidades de caixa são supridas pelo controlador ou demais empresas do grupo quando necessário, os quais têm a capacidade de suprir a Companhia com a liquidez necessária, para a liquidação das suas obrigações de curto prazo.

Em 7 de abril de 2016 a Rumo finalizou o processo de capitalização através de uma oferta pública de ações no montante de R\$ 2.600.000 com emissão de 1.040.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 (“Oferta Restrita”) e da *Regulation “S”* para investidores estrangeiros.

Adicionalmente, em 28 de junho de 2016 a administração da Rumo concluiu a estruturação do reperfilamento de parte das dívidas da Rumo e de suas controladas, incluindo a Companhia, vincendas nos exercícios de 2016, 2017 e 2018 no montante de R\$ 2.925.647, com alterações de determinados termos e condições, ou com a contratação de novos instrumentos de capital de giro. Como resultado da operação foram emitidas Debêntures Simples da ALL Malha Norte, não conversíveis em ações, com vencimento em 2023 e realizado aditamento contratual de determinadas dívidas que prorrogou os seus vencimentos para iniciarem a partir de 2019.

O aumento de capital na Rumo, aliado ao reperfilamento de dívidas acima mencionado, equacionou o risco de continuidade operacional da Rumo e de suas controladas dentro de um período previsível dos próximos doze meses. Os recursos de caixa são geridos de forma centralizada na Rumo que tem o compromisso de realizar eventuais aportes de capital na Companhia quando necessário.

a) Restrições e condições de operação na concessão outorgada à Companhia.

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas no contrato de concessão, tais como: não efetuar sub-concessão; submeter-se à fiscalização permanente da União; cumprimento de normas, especificações técnicas e padrões nacionais do Ministério dos Transportes; cumprir todas as disposições legais aplicáveis aos serviços concedidos, especialmente aquelas relativas à proteção do meio ambiente.

ALL - América Latina Logística Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

O contrato será extinto com a concretização dos seguintes fatos: convenção amigável das partes, precedidas de negociações e ajustes financeiros devidos por uma à outra parte; término do prazo contratual; encampação ou resgate, por interesse público superveniente à concessão, mediante a devida indenização; anulação por ilegalidade da concessão ou do contrato; infrações graves e continuadas cometidas por uma das partes, que acarretem danos à qualidade e eficiência dos serviços; por encampação pela União dos serviços concedidos ou pelo advento de Lei que torne o contrato, formal ou materialmente, impossível. Ocorrendo a encampação, os acionistas da Companhia serão indenizados pelo justo valor do acervo vinculado à concessão, apurado à época da encampação.

2 Base de preparação e principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e estas correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 17 de março de 2017.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que também é a moeda funcional da Companhia.

ALL - América Latina Logística Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

2.3 *Uso de estimativas e julgamentos*

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos críticos e incertezas referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• **Nota 10 - Imobilizado**

O cálculo da depreciação, bem como a amortização de ativos intangíveis e imobilizados inclui as estimativas das vidas úteis.

A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de ativos intangíveis e imobilizados. Um *impairment* existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos os custos de venda e o seu valor em uso. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável em diferentes unidades geradoras de caixa são explicadas na nota 9.

• **Nota 22 - Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros**

Quando o valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, tais como o risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

• **Nota 12 - Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para os prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis na extensão em que seja provável que o lucro tributável estará disponível contra o qual estes possam ser utilizados. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

ALL - América Latina Logística Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

• Nota 14 - Provisão para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para demandas judiciais proveniente de uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo na data de aquisição como parte da combinação de negócios.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos contábeis, incluindo o nível de hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, sempre que possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

ALL - América Latina Logística Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- obrigações de benefícios definidos dos empregados são apresentados pelo valor presente da obrigação atuarial líquido do valor justo dos ativos do plano.

2.5 Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado ou empréstimos e recebíveis.

- **Ativos financeiros disponíveis para venda**

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado.

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda incluem CDBs e títulos do governo.

- **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

ALL - América Latina Logística Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os ativos financeiros classificados como mantidos para negociação incluem compromissadas de debêntures ativamente gerenciadas pelo departamento de tesouraria da Companhia para garantir liquidez de curto prazo necessária.

- **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, contas a receber de clientes, recebíveis de partes relacionadas e outros créditos.

- **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros resgatáveis em três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

- **Desreconhecimento (baixa)**

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- a) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- b) A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

ALL - América Latina Logística Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

c) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

A Companhia normalmente classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado mediante o método dos juros efetivos.

Passivos financeiros compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamento mercantil, certificado de recebíveis imobiliários, fornecedores, pagáveis a partes relacionadas, dividendos a pagar, parcelamento de débitos – REFIS, limite de cheque especial bancário e outras contas a pagar.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

d) Capital social

• Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizados conforme o IAS 12.

• Ações preferenciais

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

ALL - América Latina Logística Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

2.6 Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição e pelo valor realizável líquido.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos despesas variáveis de vendas aplicáveis.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos.

2.7 Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui:

- o custo de materiais e mão de obra direta;
- quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida;
- uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção dos equipamentos e restauração do local em que eles estão localizados, quando a Companhia tem a obrigação de retirar o bem ou restaurar o local; e
- custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

b) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

ALL - América Latina Logística Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

c) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do momento em que estiverem disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de bens do ativo imobilizado menos seus valores residuais estimados usando o método linear ao longo de suas vidas úteis estimadas. A depreciação é geralmente reconhecida nos lucros ou prejuízos, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor prazo entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a menos que esteja razoavelmente certo que a Companhia irá obter a propriedade no fim do prazo da locação. Terrenos não são depreciados.

A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil média de cada ativo, seguindo as taxas percentuais médias anuais demonstradas abaixo:

Edifícios e benfeitorias	4% - 5%
Máquinas, equipamentos e instalações	8% - 11%
Aeronaves, embarcações e veículos	10% - 20%
Vagões	2,9% - 6%
Locomotivas	3,3% - 8%
Vias permanentes	4%
Móveis e utensílios	10% - 15%
Equipamentos de informática	20%

Os custos da manutenção periódica normal são contabilizados em despesas quando incorridos uma vez que os componentes substituídos não melhorem a capacidade produtiva ou introduzam aprimoramentos aos equipamentos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis, se apropriado.

2.8 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

- **Ativos financeiros não derivativos mensurados pelo custo amortizado**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

ALL - América Latina Logística Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- **Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa (“UGC”) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes com base na taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.9 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

2.10 Benefícios a empregados

- **Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios a empregados de curto prazo são mensuradas em uma base não descontada e são contabilizadas conforme o serviço relacionado seja prestado. Um passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em bônus em dinheiro de curto prazo ou planos de participação nos lucros se o grupo tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação pode ser estimada de forma confiável.

ALL - América Latina Logística Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- **Transações de pagamento baseado em ações**

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*).

- **Planos de contribuição definida**

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

O plano de previdência da Companhia mesmo sendo substancialmente de contribuição definida, possui um componente com característica variável, cujo risco está atrelado ao pagamento de benefício mínimo e ao acréscimo das contribuições futuras das patrocinadoras nos benefícios em ocasião de Pensão por Morte do contribuinte Ativo, bem como em Aposentadoria por Invalidez, limitado a três salários. Eventual passivo atuarial apurado é registrado pela Companhia.

2.11 *Receita*

a) **Receita de serviços**

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas quando a entidade transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável. Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. A receita da Companhia é composta basicamente por serviços de frete ferroviário, de frete rodoviário, de transporte de contêineres, de armazenagem e de transbordo e elevação portuária, motivo pelo qual os critérios acima são normalmente atendidos no momento em que o serviço logístico é prestado.

ALL - América Latina Logística Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

2.12 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, , ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, pelo método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis), e perdas nos instrumentos de *hedge* que estão reconhecidos no resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais sobre ativos e passivos financeiros são reportados em uma base líquida ou como receita financeira ou despesa financeira, dependendo se os movimentos em moeda estrangeira estão em uma posição de ganho líquido ou perda líquida.

2.13 Impostos e contribuições

Imposto de renda abrange o imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%. As despesas com imposto compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto na medida em que se trata de uma combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

ALL - América Latina Logística Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal;

A mensuração dos impostos diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, na data do balanço, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão, utilizando as taxas de imposto aprovadas na data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, se são impostos relacionados a mesma entidade tributável.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que é provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que não é mais provável que o benefício fiscal será realizado.

(iii) Impostos indiretos

A receita é reconhecida líquida de descontos e impostos sobre prestação de serviços.

(iv) Riscos fiscais

Na determinação do montante de imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e os juros adicionais podem ser devidos. Esta avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem tornar-se disponíveis, que pode fazer com que a Companhia mude sua decisão sobre a adequação das obrigações fiscais existentes; tais alterações terão impacto na despesa de imposto no exercício em que tal determinação é efetuada.

2.14 Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

ALL - América Latina Logística Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

2.15 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

Iniciativa de Divulgação (IAS 7 / CPC 26)

As alterações requerem divulgações adicionais que permita aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

Para atender os novos requerimentos de divulgação, a Companhia pretende apresentar uma reconciliação entre os saldos de abertura e fechamento de passivos com mudanças decorrentes de atividades de financiamento.

Alterações ao IAS 12 / CPC 32 – Tributos sobre lucro

As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, a Companhia não espera qualquer impacto significativo.

IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes

Introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita deve ser reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo IAS 8 – Receitas, IAS 11 – Contratos de Construção e IFRIC 13 – Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 entra em vigor para os períodos anuais com início em 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A Companhia está avaliando o potencial impacto da adoção da IFRS 15 em suas demonstrações financeiras.

ALL - América Latina Logística Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- Receita de produtos: as receitas são atualmente reconhecidas quando as mercadorias são entregues na localidade do cliente, considerado como o momento em que o cliente aceita os bens e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da administração com os produtos. Dessa forma, não identificamos na Companhia, até o momento, ajustes materiais no reconhecimento dessa receita.
- Receita de serviços: obrigações de desempenho separadas terão de ser identificados em conexão com a prestação de serviços de transporte.

A Companhia adotará a IFRS 15 em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e pretende utilizar a abordagem retrospectiva. Como resultado, a Companhia aplicará todos os requerimentos da IFRS 15 a cada período comparativo apresentado ajustando as demonstrações financeiras anteriormente apresentadas.

A Companhia planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não será reapresentado.

A Companhia está atualmente realizando uma avaliação detalhada do impacto resultante da aplicação da IFRS 15 e espera divulgar informações quantitativas adicionais antes da adoção da norma.

IFRS 9 – Instrumentos financeiros

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. A nova norma exigirá que a Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas.

A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de *hedge*, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação preliminar da Companhia incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas e processos atuais e a Companhia planeja implementar mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos.

ALL - América Latina Logística Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir:

- a) A Companhia pretende aproveitar a isenção que lhe permite não rerepresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.
- b) Os novos requerimentos de contabilidade de *hedge* devem ser aplicados prospectivamente. No entanto, a Companhia poderá optar por aplicar a alteração esperada na contabilização das mudanças no valor justo do elemento a termo dos contratos de câmbio retroativamente. A Companhia não tomou qualquer decisão relativa a esta opção.

As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial:

- c) A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido.
- d) A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo.
- e) A designação de determinados instrumentos patrimoniais não mantidos para renovação com valor justo nos outros resultados abrangentes.

IFRS 16 – Arrendamentos

Introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidade que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes, ou antes, da data de aplicação inicial da IFRS 16.

ALL - América Latina Logística Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia iniciou uma avaliação do potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, o impacto mais significativo identificado seria o reconhecimento de ativos e passivos para os seus arrendamentos operacionais de material rodante e vias permanentes da Companhia. A natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos será alterada, pois a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional por despesas de depreciação do direito de uso e juros sobre os passivos de arrendamento. A Companhia ainda não decidiu se utilizará as isenções opcionais.

Como arrendatário, a Companhia pode aplicar a norma utilizando uma:

- Abordagem retrospectiva; ou
- Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais.

O arrendatário aplicará essa escolha consistentemente a todos os seus arrendamentos. A Companhia deve aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019. A Companhia ainda não determinou qual a abordagem de transição aplicará.

A Companhia ainda não quantificou o impacto da adoção do IFRS 16 sobre os seus ativos e passivos. O efeito quantitativo da adoção da IFRS 16 dependerá especificamente do método de transição escolhido, da utilização de expedientes práticos e isenções de reconhecimento, e quaisquer arrendamentos adicionais que a Companhia celebrará. A Companhia espera divulgar sua abordagem de transição e informações quantitativas antes da adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que não entraram em vigor e que se espera que tenha um impacto significativo sobre a Companhia.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Reais		
Bancos conta movimento	59	-
Aplicações financeiras	-	11
	<u>59</u>	<u>11</u>

Conforme descrito na nota 1, a gestão de caixa da Companhia é centralizada na controladora direta Rumo S.A. Consequentemente, variações nos saldos de caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários e caixa restrito (veja nota 4) não são representadas exclusivamente pelas operações da Companhia mas também por adiantamentos e outras operações financeiras com partes relacionadas.

4 Títulos e valores mobiliários e caixa restrito

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Títulos e valores mobiliários		
Títulos do governo	4.100	1.094
	<u>4.100</u>	<u>1.094</u>
Caixa restrito		
Fianças	1.642	34.685
	<u>1.642</u>	<u>34.685</u>

ALL - América Latina Logística Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5 Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Clientes terceiros	5.218	2.860
Clientes partes relacionadas (*)	5.167	21.317
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(481)</u>	<u>(148)</u>
	<u>9.904</u>	<u>24.029</u>

(*) Em 31 de dezembro de 2016 o saldo a receber com partes relacionadas (substancialmente compreendidos com transações com a ALL - Malha Paulista) tem por natureza aluguel de terminal e serviços de fretes ferroviários.

A análise do vencimento das duplicatas a receber, líquido da provisão de créditos de liquidação duvidosa, de clientes são como segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
A vencer	4.440	2.322
Vencidas		
Até 30 dias	225	2.608
De 31 a 60 dias	-	2.534
De 61 a 90 dias	-	2.258
Mais de 90 dias	<u>5.239</u>	<u>14.307</u>
	<u>9.904</u>	<u>24.029</u>

Faturas a vencer em 31 de dezembro de 2016 incluem R\$ 2.875 referente a *take or pay*.

Faturas vencidas acima de 90 dias incluem R\$ 5.167 de saldos com partes relacionadas, para as quais também não são constituídas provisões visto o atraso decorrer da gestão de caixa centralizada do grupo, e não de inadimplência.

A movimentação da provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldo em 1º de janeiro	148	21
Adições	552	127
Reversões	<u>(219)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>481</u>	<u>148</u>

A política de provisão da Companhia contempla a provisão de saldos vencidos há mais de 90 dias, desconsiderando saldos com partes relacionadas e quando houver evidências objetivas ou garantias reais sobre os saldos. Para clientes que possuem uma fatura vencida há mais de 90 dias, faturas vencidas há menos tempo ou ainda não vencidas também são consideradas para fins de provisão.

ALL - América Latina Logística Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

6 Outros tributos a recuperar

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Créditos federais a compensar		
PIS/COFINS	24.780	29.058
ICMS CIAP (i)	7.816	10.136
Outros	605	642
	33.201	39.836
Circulante	3.460	5.444
Não circulante	29.741	34.392
	33.201	39.836

(i) Crédito de ICMS oriundos de aquisições de ativo imobilizado.

7 Partes relacionadas

	<u>Ativo não circulante</u>		<u>Passivo não circulante</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
ALL Malha Norte	-	-	-	12.176
ALL Malha Sul	-	19.734	-	43
ALL Malha Paulista	-	73.446	-	3.805
ALL S.A.	-	110.491	-	-
	-	203.671	-	16.024

Todas as transações com partes relacionadas demonstradas no quadro acima estão relacionadas a recursos financeiros para gestão de caixa centralizada realizada pela controladora direta Rumo. Os mútuos são remunerados à taxa de TJLP + 1,4% a.a..

8 Adiantamento a fornecedores

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Fornecedores	29	-
Fornecedores partes relacionadas (i)	200.924	25.894
	200.953	25.894

(i) Em 31 de dezembro de 2016 o saldo é compreendido por adiantamentos efetuados para ALL Malha Sul e ALL Malha Paulista.

ALL - América Latina Logística Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

9 Debêntures privadas

Em 30 de abril de 2012, a Companhia adquiriu uma série de 10.000 debêntures não conversíveis, da espécie subordinada, no valor unitário de R\$ 10, totalizando R\$ 100.000 emitidas pela ALL Malha Norte, como segue:

<u>Série</u>	<u>Data de emissão</u>	<u>Valor</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Remuneração anual</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Debêntures privadas - ALL Malha Norte	30/04/2012	100.000	02/05/2017	CDI+1,50% a.a	175.435	151.528

O saldo de atualização financeira totalizou R\$ 23.907 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 20.310 em 31 de dezembro de 2015).

ALL - América Latina Logística Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

10 Imobilizado

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Vagões e locomotivas (i)	Obras em andamento	Via Permanente (i)	Outros ativos	Total
Valor de custo:						
Em 31 de dezembro de 2015	252	203.654	2.725	280.801	42.193	529.625
Adições	-	-	15.100	1.885	-	16.985
Baixas	-	(3)	(376)	(7)	(591)	(977)
Transferências	7.582	6.311	(13.684)	8.597	(9.751)	(945)
Em 31 de dezembro de 2016	7.834	209.962	3.765	291.276	31.851	544.688
Valor de depreciação:						
Em 31 de dezembro de 2015	(16)	(71.927)	-	(279.415)	(30.507)	(381.865)
Adições	(58)	(25.940)	-	(1.421)	(1.562)	(28,981)
Baixas	-	-	-	-	474	474
Transferências	(4.205)	(1.483)	-	(497)	5.833	(352)
Em 31 de dezembro de 2016	(4.279)	(99.350)	-	(281.333)	(25.762)	(410.724)
Em 31 de dezembro de 2015	236	131.727	2.725	1.386	11.686	147.760
Em 31 de dezembro de 2016	3.555	110.612	3.765	9.943	6.089	133,964

(i) Inclui benfeitorias em bens arrendados e arrendamento mercantil financeiro.

ALL - América Latina Logística Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Análise de perda ao valor recuperável

A Companhia testa anualmente os valores recuperáveis dos ágios decorrentes de operações de combinações de negócios. Ativos imobilizados e ativos intangíveis de vida definida que estão sujeitos a depreciação e amortização são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 identificamos indicadores de *impairment*, como os prejuízos apurados nos últimos anos, passivo a descoberto, retração econômica e o aumento da taxa básica de juros, aliado à geração de resultados e EBITDA abaixo do projetado, levando à realização de teste de *impairment*, apesar de a Companhia não ter sofrido mudança no uso dos ativos, não ter apresentado obsolescência ou dano físico aos seus ativos, nem ter apresentado declínio de desempenho dos ativos.

O valor recuperável foi determinado utilizando o valor justo dos ativos considerando seu valor de mercado e/ou custo de reposição.

O resultado dos testes de *impairment* não indicou nenhuma necessidade de provisão no ano de 2016.

A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercados, tecnológicas, econômicas vigentes no momento em que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas por redução da recuperação ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 nenhum ativo teve seu valor reduzido por perda adicional de valor recuperável. Também não foram identificados em 2016 fatores que pudessem indicar eventual reversão do *impairment* reconhecido em 2014.

ALL - América Latina Logística Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

11 Empréstimos e financiamentos

Descrição	Encargos financeiros		31/12/2016	31/12/2015	Vencimento
	Indexador ⁽ⁱ⁾	Taxa média anual de juros			
Empréstimos e financiamentos					
Finem (BNDES)	URTJLP	9,29%	85.294	103.223	2029
			85.294	103.223	
Total			85.294	103.223	
Circulante			19.594	19.318	
Não circulante			65.700	83.905	

- (i) TJLP refere-se à Taxa de Juros de Longo Prazo, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Para cálculo das taxas médias foi considerado, em bases anuais, o TJLP de 7,5%.

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	31/12/2016	31/12/2015
13 a 24 meses	19.323	18.991
25 a 36 meses	19.323	18.991
37 a 48 meses	16.367	18.991
49 a 60 meses	8.697	16.073
61 a 72 meses	1.990	8.889
73 a 84 meses	-	1.970
	65.700	83.905

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são denominados em Reais (R\$).

BNDES

Correspondem a recursos captados pela Companhia destinados ao financiamento dos projetos de expansão do segmento de logística e são destinados a investimentos no ativo imobilizado e ativo intangível. Os contratos firmados têm como garantia avais da Companhia, fianças bancárias e a transferência da propriedade fiduciária dos bens descritos nos respectivos contratos.

- i. **FINEM** – Financiamento de Empreendimentos, intermediados por diversas instituições financeiras, destinados à implantação, ampliação, recuperação e modernização de ativos fixos. Esses financiamentos estão sujeitos a juros pagáveis mensalmente e são garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados.

Linha de crédito não utilizado

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia tinha disponível linhas de créditos de financiamento junto ao BNDES, não utilizadas, no montante total de R\$ 56.550 (R\$164.500 em 31 de dezembro de 2015).

ALL - América Latina Logística Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Cláusulas Restritivas (“covenants”)

A controladora Rumo está sujeita a determinadas cláusulas restritivas existentes na maioria dos contratos de empréstimos e financiamentos, com base em determinados indicadores financeiros e não financeiros. Os indicadores financeiros consistem em: (i) dívida líquida abrangente consolidada (dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis, certificado de recebíveis imobiliários deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos de derivativos)/EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, em português LAJIDA); (ii) EBITDA/resultado financeiro consolidado (são considerados somente juros sobre debêntures, empréstimos/financiamentos e operações de derivativos). A apuração é trimestral na data das demonstrações financeiras, utilizando os resultados consolidados da Companhia.

O *ratio* pactuado é de até 4,5x dívida líquida abrangente/EBITDA e índice de cobertura de juros mínimo de 1,1x EBITDA/resultado financeiro, limites que estavam sendo atendidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2016. O limite reduz anualmente até atingir 3,0x em 2021.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possuía empréstimos junto ao BNDES, sujeitos à cláusulas de “covenants”. Essas exigências foram substituídas por fianças bancárias.

12 Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(182.212)	(141.692)
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	61.952	48.175
Ajustes para cálculo da taxa efetiva		
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas	(62.819)	(50.438)
Outros	(697)	2.263
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>(1.564)</u>	<u>-</u>
Taxa efetiva	<u><u>-0,86%</u></u>	<u><u>0,00%</u></u>

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Descrição	31/12/2016				31/12/2015
	Base	IRPJ	CSLL	Total	
Prejuízos fiscais:					
Prejuízos fiscais	928.181	232.045	-	232.045	186.251
Base negativa de contribuição social	930.016	-	83.701	83.701	67.051
Diferenças temporárias:					
Depreciação	8.041	2.010	724	2.734	-
Revisão de vida útil	32.746	8.187	2.947	11.134	-
Provisão <i>impairment</i>	181.911	45.478	16.372	61.850	69.800
Provisão para demandas judiciais	32.034	8.009	2.883	10.892	12.231
Provisão para não realização de impostos	6.006	1.502	541	2.043	2.072
Provisão para participação nos resultados	1.049	262	94	356	560
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas	481	120	43	163	50
(-) Créditos não registrados	(2.147.634)	(304.405)	(109.750)	(414.155)	(350.610)
Outros	27.169	6.792	2.445	9.237	12.595
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

ALL - América Latina Logística Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

13 Fornecedores

O saldo dos fornecedores da Companhia é composto por:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Serviços e materiais	5.166	29.313
Combustíveis e lubrificantes	763	176
Outros	1.286	2.540
Total	<u>7.215</u>	<u>32.029</u>

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo a pagar inclui partes relacionadas (substancialmente compreendidos com transações com a ALL - Malha Sul e ALL – Malha Paulista) no valor de R\$ 1.966 (R\$ 23.590 em 31 de dezembro de 2015).

14 Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

	Provisão para demandas judiciais	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Tributárias	16.914	15.847
Cíveis, regulatórias e ambientais	5.541	6.226
Trabalhistas	9.579	13.899
	<u>32.034</u>	<u>35.972</u>

	Depósitos judiciais	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Tributárias	90	20
Cíveis, regulatórias e ambientais	20.446	19.699
Trabalhistas	6.525	8.557
	<u>27.061</u>	<u>28.276</u>

Movimentação da provisão das demandas judiciais:

	Tributária	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Em 31 de dezembro de 2015	15.847	6.226	13.899	35.972
Provisionados no exercício	327	147	5.009	5.483
Baixas por reversão / pagamento	(169)	(1.605)	(10.252)	(12.026)
Atualização monetária	909	773	923	2.605
Em 31 de dezembro de 2016	<u>16.914</u>	<u>5.541</u>	<u>9.579</u>	<u>32.034</u>

ALL - América Latina Logística Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

a) Tributárias

Processos judiciais considerados prováveis de perdas, portanto provisionados:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Compensações de tributos federais com créditos de PIS e COFINS	1.819	1.697
ICMS Exportação	15.095	14.150
	<u>16.914</u>	<u>15.847</u>

Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
ICMS - Exportação ⁽ⁱ⁾	42.724	23.216
IRPJ/CSLL ⁽ⁱⁱ⁾	9.276	8.889
Outros	478	780
	<u>52.478</u>	<u>32.885</u>

- (i) ICMS – Exportação: Os fiscos estaduais autuaram a Companhia pela não tributação pelo ICMS nas faturas de prestação de serviços de transporte ferroviário de mercadorias destinadas à exportação. Todas as autuações foram contestadas, uma vez que existe posicionamento favorável aos contribuintes consolidado nos tribunais superiores, com base na Constituição Federal e na Lei Complementar 87/1996.
- (ii) IRPJ/CSLL – Provisões trabalhistas: Trata-se de auto de infração que exige IRPJ e CSLL relativos ao ano de 2009, sob a alegação de que a Companhia teria excluído da apuração do lucro real e da base de cálculo ajustada da CSLL provisões trabalhistas. Pelo entendimento do Fisco, as baixas das provisões trabalhistas foram efetuadas pela Rumo S.A. sem a individualização dos processos (provisões e reversões), o que impactaria na apuração tributária. A probabilidade de perda é possível, considerando que a ocorrência da decadência e que a Rumo S.A. atendeu todas as regras tributárias referentes à adição e exclusão das provisões na apuração do IRPJ e CSLL.

b) Cíveis, regulatórias e ambientais

Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Cíveis ⁽ⁱ⁾	215.325	190.473
Regulatórias ⁽ⁱⁱ⁾	12.012	19.298
Ambientais ⁽ⁱⁱⁱ⁾	28.566	24.024
	<u>255.903</u>	<u>233.795</u>

- (i) Cíveis: A Companhia é parte em diversas ações cíveis, tendo como principais pedidos ações indenizatórias em geral, tais como: abaloamento em passagens em níveis, atropelamentos ferroviários, acidente de trânsito, ações possessórias em geral, ações de execução de títulos extrajudiciais, direitos e obrigações contratuais junto a clientes. Para as diversas ações cíveis, a administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou as circunstâncias e registrou provisões para as perdas prováveis em valores suficientes e adequados, representando, na data do balanço, sua melhor estimativa de desembolso que poderá vir a ser exigido para liquidar as ações.
- (ii) Regulatórias: Referem-se principalmente a multas e discussões junto a ANTT.
- (iii) Ambientais: Tais valores decorrem de autuações feitas pela CETESB (SP), IBAMA e Secretarias Municipais de Meio Ambiente em sua grande maioria, em razão de contaminação de solo e águas pelo derramamento de produtos e descumprimento das condições impostas por determinada licença de operação. Em todos os casos estão sendo adotadas medidas para redução do passivo existente, bem como medidas de reparação e prevenção relativas ao meio ambiente.

ALL - América Latina Logística Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

c) Trabalhistas

Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Reclamações trabalhistas ⁽ⁱ⁾	<u>69.141</u>	<u>47.371</u>
	<u>69.141</u>	<u>47.371</u>

(i) A Companhia discute diversas ações de natureza trabalhista, movidas por ex-empregados e empregados de prestadores de serviços, para fazer face àqueles casos cujas perdas são consideradas prováveis. Das ações em andamento, os principais pedidos postulados referem-se a horas extras, adicional noturno, insalubridade e de periculosidade, eventual descumprimento de normas regulamentadoras do MTE, reintegração de emprego, indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho e devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa, contribuição sindical e outros, reconhecimento de jornada de turno ininterrupto, sobreaviso, diferenças salariais e outros.

15 Arrendamentos e concessões

A Companhia reconhece suas despesas relacionadas aos contratos operacionais de arrendamento e concessão, linearmente, de acordo com o decorrer dos prazos dos contratos.

O passivo de arrendamento e concessão equivale ao valor corrigido das outorgas, líquido dos pagamentos efetuados até a data do balanço, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Valores em discussão judicial:		
Arrendamento	1.066.843	899.369
Concessão	68.555	58.328
	<u>1.135.398</u>	<u>957.697</u>

Valores em discussão judicial

A Companhia questiona na justiça o desequilíbrio econômico financeiro de certos Contratos de Arrendamento e Concessão.

A Companhia pleiteia o restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, perdido pelo cancelamento de contratos de transporte existentes no momento da desestatização configurando alteração do cenário regulatório e condições estabelecidas no Edital de Desestatização – adicionalmente, as previsões de crescimento que definiram o valor do negócio não se materializaram.

A ação tramita na 16ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro. O valor referente às parcelas vencidas estava tendo o juízo garantido mediante a aquisição de títulos da dívida pública (Letras Financeiras do Tesouro – LFT). Em março de 2008 a Companhia obteve autorização para substituir a garantia por fiança bancária e em maio de 2008 a Companhia resgatou os valores. Em dezembro de 2014 foi proferida sentença que julgou procedente a ação reconhecendo a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, restando agora a definição de perícia para se apurar o valor do desequilíbrio e aspectos relacionados. Em dezembro de 2015 foi deferido pedido de substituição das cartas de fiança apresentadas por seguro garantia.

ALL - América Latina Logística Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A Administração, suportada pela opinião de seus advogados, avalia as chances de êxito como provável, mas mantém o registro do passivo financeiro por se tratar de obrigação contratual ainda não retirada da Companhia, e porque o valor ainda pende de compensação.

Os depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2016 referentes a esta ação totalizavam R\$ 19.464, apresentados como ações cíveis, regulatórias e ambientais, conforme nota 13.

16 Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)

a) Capital social

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 está assim constituído (em milhares de ações):

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ordinárias	459.058	459.058
Preferenciais	19.402	19.402
	<u>478.460</u>	<u>478.460</u>

As ações preferenciais não terão direito de voto e gozarão das seguintes vantagens e preferências:

- Dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias;
- Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia; e
- Participação em igualdade nos recebimentos de dividendos.

17 Prejuízo por ação

O prejuízo básico por ação é calculado dividindo o prejuízo pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O prejuízo diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do prejuízo por ação (em milhares, exceto valores por ação) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Básico e diluído

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Numerador		
Prejuízo do exercício	(183.776)	(141.692)
Por ação ordinária	(176.324)	(135.946)
Por ação preferencial	(7.452)	(5.746)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	459.058	459.058
Média ponderada de número de ações preferenciais	19.402	19.402
Resultado básico e diluído:		
Por ação ordinária	(0,38410)	(0,29614)
Por ação preferencial	(0,38410)	(0,29614)

ALL - América Latina Logística Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

18 Receita operacional líquida

	31/12/2016	31/12/2015
Receita bruta na venda de serviços	<u>80.088</u>	<u>100.374</u>
Impostos e deduções sobre venda de serviços	<u>(10.665)</u>	<u>(13.650)</u>
Receita operacional líquida	<u>69.423</u>	<u>86.724</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, R\$ 18.423 (R\$ 15.939 em 31 de dezembro de 2015) das receitas são decorrentes de transações com partes relacionadas (substancialmente compreendidas com transações com a ALL - Malha Sul) compostas por partilhas de fretes ferroviários.

19 Despesas por natureza

O grupo de despesas é demonstrado no resultado por função. A reconciliação do resultado por natureza/finalidade está detalhada como segue:

a) Despesas por natureza:

	31/12/2016	31/12/2015
Material de uso na prestação serviço	(8.060)	(4.952)
Mão de obra contratada	(6.831)	(8.368)
Despesas com pessoal	(18.912)	(25.083)
Despesas com transporte e elevação	(14.243)	(31.178)
Depreciação e amortização	(28.981)	(10.520)
Arrendamento e concessão	(40.017)	(34.960)
Outras despesas	<u>(7.295)</u>	<u>(11.004)</u>
	(124.339)	(126.065)

b) Classificados como:

Custo dos serviços prestados	(120.537)	(121.396)
Despesas comerciais, gerais e administrativas	<u>(3.802)</u>	<u>(4.669)</u>
	(124.339)	(126.065)

Durante o exercício de 2016, R\$ 8.269 (R\$ 18.252 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015) das despesas são decorrentes de transações com partes relacionadas (substancialmente compreendidas por transações com a Raízen Combustíveis) principalmente relacionadas à compra de combustíveis.

ALL - América Latina Logística Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

20 Resultado financeiro

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Custo da dívida bruta		
Juros sobre dívidas	<u>18.996</u>	<u>15.408</u>
	18.996	15.408
Rendimento de aplicação financeira	<u>1.413</u>	<u>15.860</u>
	1.413	15.860
Custo da dívida, líquida	<u>20.409</u>	<u>31.268</u>
Outros encargos e variações monetárias		
Juros sobre outros recebíveis	12.148	11.578
Arrendamento e concessão	(132.744)	(108.242)
Despesas bancárias e outros	(16.481)	(15.728)
Juros sobre contingências e contratos comerciais	(1.986)	(2.182)
Outros encargos e variações monetárias	(4.443)	(3.980)
	<u>(143.506)</u>	<u>(118.554)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(123.097)</u>	<u>(87.286)</u>
Despesas financeiras	(162.492)	(138.240)
Receitas financeiras	41.054	50.952
Variação cambial, líquida	(1.659)	2
Resultado financeiro líquido	<u>(123.097)</u>	<u>(87.286)</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, R\$ 39.132 (R\$ 22.225 em 31 de dezembro de 2015) das receitas financeiras são decorrentes de transações com partes relacionadas referente a juros sobre debêntures privadas.

21 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Constituição de provisão para demandas judiciais	(4.511)	(10.741)
Resultado na venda de imobilizado	(130)	465
Outras receitas (despesas) líquidas	442	(4.790)
	<u>(4.199)</u>	<u>(15.066)</u>

ALL - América Latina Logística Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

22 Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- (a) Risco de crédito;
- (b) Risco de liquidez; e
- (c) Risco de mercado

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia, a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco.

Os valores contábeis e a separação por categoria dos ativos e passivos financeiros são como segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativos		
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Títulos e valores mobiliários	4.100	1.094
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	59	11
Contas a receber de clientes	9.904	24.029
Recebíveis de partes relacionadas	-	203.671
Debêntures privadas	175.435	151.528
Caixa restrito	1.642	34.685
	187.040	413.924
Total	191.140	415.018
Passivos		
Passivo pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	85.294	103.223
Fornecedores	7.215	32.029
Outros passivos financeiros	-	126
Pagáveis a partes relacionadas	-	16.024
	92.509	151.402
Total	92.509	151.402

Durante o exercício, não houve reclassificação entre as categorias apresentadas acima.

ALL - América Latina Logística Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Conselho de Administração acompanha o Gerenciamento de Risco através de reportes da Alta Administração da Companhia, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Administração através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca manter um ambiente de disciplina e controle no quais todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da controladora supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos qual a Companhia está exposta. O Comitê de Auditoria é suportado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nas políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado destes procedimentos é reportado para o Comitê de Auditoria.

Todas as atividades com derivativos para fins de gestão de risco são realizadas por equipes especializadas com as habilidades, experiência e supervisões apropriadas. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise da exposição ao risco que a administração pretende cobrir.

(a) Risco de crédito

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e equivalentes de caixa (ii)	59	11
Títulos e valores mobiliários (ii)	4.100	1.094
Caixa restrito (ii)	1.642	34.685
Contas a receber de clientes (i)	9.904	24.029
Debêntures privadas	175.435	151.528
Recebíveis de partes relacionadas	-	203.671
	<u>191.140</u>	<u>415.018</u>

- (i) O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data de reporte em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros.

ALL - América Latina Logística Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (ii) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é o valor registrado, como demonstrado na nota 11, com exceção das garantias financeiras e instrumentos financeiros derivativos. A exposição máxima em relação a garantias financeiras e instrumentos financeiros derivativos são apresentados no quadro de liquidez abaixo.

O risco de crédito sobre caixa e equivalente de caixa, títulos e valores mobiliários e caixa restrito é determinado por instrumentos de *rating* amplamente aceitos pelo mercado e estão dispostos como segue:

	<u>31/12/2016</u>
AA-	5.801
Total	5.801

(b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Os passivos financeiros não derivativos da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	<u>31/12/2016</u>				
	<u>Até 1 ano</u>	<u>De 1 a 2 anos</u>	<u>De 2 a 5 anos</u>	<u>Acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(25.004)	(23.621)	(49.150)	(2.041)	(99.816)
Fornecedores	(7.215)	-	-	-	(7.215)
	<u>(32.219)</u>	<u>(23.621)</u>	<u>(49.150)</u>	<u>(2.041)</u>	<u>(107.031)</u>

Conforme mencionado na nota 1, a Administração vem trabalhando em medidas que permitam a Companhia honrar seus compromissos, e um dos pilares é a renegociação das dívidas vincendas entre 2016 e 2018, que alinhado ao aumento de capital realizado na controladora Rumo no mês de abril de 2016, trouxeram o devido respaldo financeiro para mitigar de forma adequada o risco de liquidez.

(c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado – tais como as taxas de câmbio e taxas de juros – irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela política de gestão de riscos.

ALL - América Latina Logística Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

I. Risco de taxa de juros

A Companhia monitora as flutuações das taxas de juros variáveis atreladas a algumas dívidas e se utiliza de instrumentos derivativos com o objetivo de minimizar estes riscos.

Análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de juros:

A análise de sensibilidade sobre as taxas de juros dos empréstimos e financiamentos (CDI e TJLP) e na remuneração pelo CDI das aplicações financeiras com aumento e redução de 25% e 50% está apresentada a seguir:

Exposição taxa de juros ⁽ⁱ⁾	31/12/2016				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e caixa restrito	791	198	395	(198)	(395)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(6.397)	(1.599)	(3.199)	1.599	3.199
Impactos no resultado do exercício		(1.401)	(2.804)	1.401	2.804

- (i) Os índices de CDI e TJLP considerados: 14,06% a.a. e 7,5% a.a., respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

A fonte externa utilizada para as projeções de mercado é a BMF & BOVESPA.

Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros representa o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo de instrumentos não negociáveis, de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, de obrigações sob arrendamento mercantil financeiro, assim como de outros passivos financeiros não circulantes, é estimado por meio dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes. Tais instrumentos financeiros estão mensurados ao custo amortizado que se aproxima dos valores justos na data do balanço.
- O valor justo dos demais empréstimos e financiamentos, os respectivos valores de mercado se aproximam substancialmente dos valores registrados devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxas de juros variáveis, veja detalhes na nota 11.

ALL - América Latina Logística Malha Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos junto a diversas contrapartes, sobretudo instituições financeiras com classificações de crédito de grau de investimento. Os derivativos avaliados utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado referem-se, principalmente, a swaps de taxas de juros e contratos cambiais a termo.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado utilizando técnicas de avaliação e dados de mercado observáveis. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo e swaps, com cálculos a valor presente. Os modelos consideram diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo, curvas das taxas de juros.

Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado que se aproxima dos valores justos na data do balanço.

Gestão de capital

A política da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital adequado a cada um de seus negócios, onde a Companhia define como sendo o resultado de atividades operacionais dividido pelo patrimônio líquido total.

23 Eventos subsequentes

Eventos subsequentes

Em 2 de fevereiro de 2017, através de sua subsidiária, Rumo Luxembourg Sarl ("Rumo Luxembourg"), a controladora Rumo S.A. emitiu títulos de dívida no mercado internacional, Senior Notes due 2024 ("Notas 2024"), no valor total de US\$750.000, com vencimento em Fevereiro de 2024 e juros de 7,375% ao ano, pagos semestralmente.

As Notas 2024 receberam classificação BB- pelas agências de rating *Standard & Poor's e Fitch Ratings*. A Rumo utilizará os recursos líquidos decorrentes desta captação para quitação antecipada de dívidas, como parte do processo de gestão da estrutura de capital da Companhia, tendo como um dos objetivos a diversificação das fontes de financiamento do plano de investimentos da Rumo.